

ANDRÉ SINGER

Os sentidos do lulismo

Reforma gradual e pacto conservador



Copyright © 2012 by André Vitor Singer

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Elisa v. Randow

Imagem de capa

© Mauro Restiffe

Preparação

Márcia Copola

Checagem

Valéria Copola

Índice onomástico

Luciano Marchiori

Revisão

Jane Pessoa

Adriana Cristina Bavirada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Singer, André Vitor

Os sentidos do lulismo : reforma gradual e pacto conservador /
André Singer — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Bibliografia

ISBN 978-85-359-2158-8

1. Brasil - Política e governo 2. Ideologia - Brasil 3. Partido dos
Trabalhadores 4. Presidentes - Brasil - Eleição 5. Silva, Luiz Inácio
Lula da, 1945 - I. Título.

12-08786

CDD-320.981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Governo Lula : Ciência política

320.981

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Introdução: Alguns temas da questão setentrional	9
1. Raízes sociais e ideológicas do lulismo	51
2. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores	84
3. O sonho rooseveltiano do segundo mandato	125
4. Será o lulismo um reformismo fraco?	169
Apêndice: Tabelas e quadros citados no texto	223
Posfácio: No meio do caminho tinha uma pedra	233
Bibliografia	263
Índice onomástico	271

Introdução

Alguns temas da questão setentrional

Afirmamos que o camponês meridional está ligado ao grande proprietário rural por meio do intelectual. Este tipo de organização é o mais difundido em todo o Mezzogiorno e na Sicília. Forma um monstruoso bloco agrário que no seu conjunto funciona como intermediário e guardião do capitalismo setentrional e dos grandes bancos. Seu único objetivo é conservar o status quo.

Antonio Gramsci, *Alguns temas da questão meridional*

O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua interpretação. No entanto, é preciso arriscar os sentidos, as resultantes das forças em jogo, se desejamos avançar a compreensão do período. Faço a minha aposta principal em forma de pergunta, pois o processo ainda está em curso: a inesperada trajetória do lulismo incidirá sobre contradições centrais do capitalismo brasileiro, abrindo caminho para colocá-las em patamar superior?

Para tentar uma resposta, é necessário refazer os passos históricos e descer aos detalhes materiais e ideológicos que os sustentaram. Na aparência, tendo vencido a eleição de 2002 envolto ainda por restos da aura do movimento operário dos anos 1980, o ex-metalúrgico apenas manteve a ordem neoliberal estabelecida nos mandatos de Collor e FHC. Decidido a evitar o confronto com o capital, Lula adotou política econômica conservadora. Nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) aumentou os juros de 25% para 26,5%.¹ De modo a pagar a dívida contraída com essa elevação, o Executivo subiu a meta de superávit primário de 3,75% em 2002,² já considerada alta,³ para 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) e anunciou em fevereiro enorme corte, de 14,3 bilhões de reais, no orçamento público, quase 1% do produto estimado para aquele ano.⁴ O poder de compra do salário mínimo foi praticamente congelado em 2003 e 2004.⁵ Para completar o pacote, em 30 de abril de 2003 o presidente desceu a rampa do Planalto à frente de extensa comitiva para entregar pessoalmente ao Congresso projeto com reforma conservadora da Previdência Social. Entre outras coisas, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 40 acabava com a aposentadoria integral dos futuros servidores públicos.

O efeito das decisões foi o esperado. O crescimento caiu de 2,7% nos últimos doze meses de Fernando Henrique Cardoso para 1,3% do PIB nos primeiros doze do PT. O desemprego aumen-

1. De acordo com Ralph Machado, a taxa real passou de 6% para 13% entre 2002 e 2003. Ver Ralph Machado, *Lula a.c.-d.c.*, p. 36.

2. Ralph Machado, *Lula a.c.-d.c.*, p. 37.

3. Ver Luís Nassif, “Política macroeconômica e ajuste fiscal”, em B. Lamounier e R. Figueiredo (orgs.), *A era FHC*, p. 45.

4. Ver <www.jusbrasil.com.br/noticias/2560604>, consultado em 14 mar. 2010.

5. Houve um aumento real de 1,2% no salário mínimo entre 2003 e 2004. Ver *Folha de S.Paulo*, 1 mar. 2008, p. B1.

tou, passando de 10,5% no derradeiro dezembro tucano para 10,9% no primeiro dezembro petista (2003).⁶ A renda média do trabalhador caiu 12,3%.⁷ As instituições financeiras tiveram um resultado 6,3% maior.⁸ Compreende-se, portanto, que na conclusão de *O ornitorrinco*, datada de julho de 2003, o sociólogo Francisco de Oliveira tenha afirmado que o Brasil era “uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão”.⁹

Entretanto, passados oito anos, o cenário era outro. Em dezembro de 2010 os juros tinham caído para 10,75% ao ano, com taxa real de 4,5%.¹⁰ O superávit primário fora reduzido para 2,8% do PIB e, “descontando efeitos contábeis”, para 1,2%.¹¹ O salário mínimo, aumentado em 6% acima da inflação naquele ano, totalizava 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010. Cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e duzentos reais por mês do Programa Bolsa Família (PBF).¹² O crédito havia se expandido de 25% para

6. Dados do IBGE, segundo <<http://economia.uol.com.br>>, consultado em 22 fev. 2011.

7. Comparação entre a renda média do trabalhador de março a dezembro de 2002 em relação a março-dezembro de 2003, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Em março de 2002, o IBGE adotou nova metodologia de pesquisa, por isso a comparação parte desse mês. Ver *Folha de S.Paulo*, 25 jan. 2008, p. B7.

8. Citado em Leda Paulani, *Brasil delivery*, p. 50.

9. Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*, p. 150.

10. Ver <<http://economia.uol.com.br>>/ultimas-noticias/redacao/2010/12/08/brasil-tem-maior-taxa-real-de-juros-do-mundo.jhtm>.

11. Ver <<http://economia.estadao.com.br>>, consultado em 22 fev. 2011. Segundo o ex-presidente do BNDES, Demian Fiocca, “descontando efeitos contábeis do Fundo Soberano e da concessão do pré-sal, o superávit primário federal foi reduzido de 2,8% em 2008 para 1,2% em 2009 e em 2010”. Ver Demian Fiocca, “Por que o Brasil cresceu mais”, *Folha de S.Paulo*, 21 fev. 2011, p. A3.

12. Eduardo Scolese, “Bolsa Família já beneficia 26% dos novos assentados”, *Folha de S.Paulo*, 7 jun. 2010, p. A11.

45% do PIB,¹³ permitindo o aumento do padrão de consumo dos estratos menos favorecidos, em particular mediante o crédito consignado.

As consequências dessas medidas, voltadas para reduzir a pobreza, ativando o mercado interno, foram igualmente lógicas. O crescimento do PIB, em 2010, pulou para 7,5%. O desemprego, em dezembro, havia caído para 5,3%, taxa considerada pelos economistas próxima ao pleno emprego. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, foi de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010.¹⁴ Entrevistada em novembro de 2010, a economista de origem portuguesa Maria da Conceição Tavares afirmava: “Eu estou lutando pela igualdade desde que aqui cheguei [1954]. E só agora é que eu acho que estamos no rumo certo”.¹⁵ Um ano antes, Conceição assinalava que o governo Lula estava “tocando três coisas importantes: crescimento, distribuição de renda e incorporação social”.¹⁶

O que teria acontecido nos dois quadriênios em que Lula orientou o Brasil? Confirmou-se o truncamento da acumulação e a desigualdade “sem remissão”, previstos por Oliveira, ou se entrou em fase de desenvolvimento com distribuição de renda, observada por Tavares? O país teria dado seguimento à vocação conservadora, que afogara, no passado, as possibilidades de desen-

13. O dado corresponde à expansão do crédito entre 2003 e 2010. Ver Eduardo Cucolo, “Crédito subsidiado chega a 1/3 do total”, *Folha de S.Paulo*, 29 jun. 2010, p. B1.

14. Usamos aqui os dados de Marcelo Neri, *A nova classe média, o lado brilhante dos pobres*, p. 40, e “Desigualdade no Brasil atinge o menor nível em 2010, diz FGV”, em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/910726-desigualdade-no-brasil-atinge-o-menor-nivel-em-2010-dizfgv.shtml>>, consultado em 4 jan. 2012. Ver quadro 2 do Apêndice.

15. Maria da Conceição Tavares, *Desenvolvimento e igualdade*, p. 17.

16. Idem, entrevista a Vera Saavedra Durão, *Valor*, 6 nov. 2009.

volvimento democrático, ou estariam certas as avaliações de que a aceleração do crescimento e a redução da desigualdade inauguravam etapa distinta? E, caso estivessem corretas as perspectivas otimistas, como teria sido possível destravar a economia e reduzir a iniquidade sem radicalização política, numa transição quase imperceptível do viés supostamente neoliberal do primeiro mandato para o reformismo do segundo?

Este livro não tem a pretensão de dar respostas definitivas a essas perguntas, mas procura oferecer um esquema interpretativo com base no qual elas podem ser equacionadas. Em resumo, o esquema proposto tem o seguinte roteiro. Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza — *com destaque para o combate à miséria* — e para a ativação do mercado interno, *sem confronto com o capital*. Isso teria produzido, em associação com a crise do “mensalão”,¹⁷ um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo “diminuição da pobreza com manutenção da ordem” esboçado no primeiro quadriênio.

A expressão “realinhamento eleitoral” foi elaborada nos Estados Unidos para designar a mudança de clivagens fundamentais do eleitorado, que definem um ciclo político longo. Apesar de o conceito de realinhamento ser objeto de extenso debate na ciência política,¹⁸ interessa-me nele apenas a ideia de que certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo conse-

17. Escândalo político-midiático envolvendo o PT em 2005.

18. Para um resumo didático dos debates sobre a noção de realinhamento, ver Cees van der Eijk e Mark N. Franklin, *Elections and voters*, pp. 183-7.

gue escapar. Por isso, a meu ver, 2002 pode ser o marco inicial de fase prolongada no Brasil, como aconteceu nos EUA com a ascensão de Franklin Delano Roosevelt. Em 1932, nos EUA, assim como em 2002 no Brasil, numa típica eleição de alternância, forma-se nova maioria. Em 2006, em pleito de continuidade, há relevantes trocas de posição social no interior da coalizão majoritária: em função das opções governamentais tomadas no primeiro mandato de Lula, a classe média se afasta e contingentes pobres ocupam o seu lugar. Isso quer dizer que, embora o processo de mudança tenha começado em 2002, a eleição decisiva do ponto de vista das classes, na qual o subproletariado adere em bloco a Lula e a classe média ao PSDB, é a de 2006.

Na realidade, conforme fui advertido nos debates em torno da tese do realinhamento, é possível que ele tenha começado antes, com a lenta penetração do PT em camadas mais pobres e no Nordeste¹⁹ desde 1989, enquanto o PSDB vinha consolidando desde o seu próprio surgimento, em 1988, a condição de partido de classe média. Isso, aliás, seria compatível com o tipo de realinhamento que V.O. Key, Jr. chama de “secular”.²⁰ Conforme explica Antonio Lavareda, no realinhamento secular as “transformações podem decorrer [...] de um processo bem mais discreto de acúmulo de modificações de longo prazo, onde uma extensa sequência de pleitos gradativamente corporifica o deslocamento de lealdades, fortalecendo um partido ou grupo de partidos em detrimento de outro(s)”.²¹

Distinguir com precisão o tipo de realinhamento (crítico ou

19. Agradeço a Fernando Limongi, Gustavo Venturi e Timothy Power as observações a respeito.

20. V. O. Key, Jr., “Secular realignment and the party system”, *The Journal of Politics*, vol. 1, n. 2, maio 1959.

21. Antonio Lavareda, *A democracia nas urnas*, p. 63.

secular) em curso, bem como o papel relativo nele jogado pelas eleições de 2002 e 2006, além das anteriores, demandaria pesquisas específicas que excedem os propósitos deste trabalho e espero venham a mobilizar outros cientistas políticos. O meu objetivo era chamar a atenção para as importantes mudanças que se divisavam nos dados relativos à eleição de 2006, alterações capazes de “definir um novo tipo de política, um novo conjunto de clivagens, que pode, então, durar por décadas”.²² No caso brasileiro, a agenda desse possível realinhamento é, a meu ver, a redução da pobreza. Note-se que, durante a vigência do realinhamento, pode haver troca de partidos no poder, como sucedeu em 1952 e 1956 com a vitória republicana nos Estados Unidos, seguida da volta do Partido Democrata à Presidência em 1960 e 1964, sem solução de continuidade em relação aos grandes objetivos nacionais estabelecidos na década de 1930, até que sobreviesse outro realinhamento, capaz de mudar a fase da política.

Em suma, foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e

22. John C. Berg, “The debate over realigning elections: where do we stand now?”, *Paper* apresentado na reunião anual da North Eastern Political Science Association, 2003. Consultado em <www.allacademic.com>, 18 ago. 2010. Versão original em inglês, tradução livre minha.

Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social que desmente, como veremos, a hipótese de despolarização da política brasileira pós-ascensão de Lula.

Foram as opções práticas do primeiro mandato, as quais precederam a crise do “mensalão” (2005) e com ela conviveram, mais do que qualquer programa explícito, que cristalizaram o realinhamento e fizeram surgir o lulismo. O pivô do lulismo foi de uma parte a relação estabelecida por Lula com os mais pobres, os quais, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, retribuíram na forma de apoio maciço e, em algumas regiões, fervoroso da eleição de 2006 em diante. Paralelamente, o “mensalão” catalisou o afastamento da classe média, invertendo a fórmula de 1989, quando Lula foi derrotado exatamente pelos mais pobres, que tinham votado em Collor.

O lulismo, por sua vez, alterou a base social do PT e favoreceu, em particular no segundo mandato, a aceleração do crescimento econômico com diminuição da desigualdade, sobretudo mediante a integração do subproletariado à condição proletária via emprego formal. No plano ideológico, isso trouxe, outra vez, à tona a gramática varguista, que opunha o “povo” ao “antipovo”. Não é difícil perceber, também, por que se repõem, no esquema interpretativo sugerido, alguns temas caros à tradição da ciência social brasileira. Impossibilitado de fazer, por ora, a necessária revisão da bibliografia pertinente, permito-me citar, de passagem, dois autores canônicos, apenas para ilustrar a volta de assuntos recorrentes. Para Celso Furtado e Caio Prado Jr., as virtualidades e empecilhos que tinha a nação para romper o círculo vicioso do atraso estavam vinculados à existência da *massa de miseráveis* no país. Vale a pena transcrever trecho de Caio Prado:

[...] a herança colonial brasileira ainda faz sentir, no essencial, todos ou pelo menos seus principais efeitos. Constituímos ainda, numa perspectiva ampla e geral [...], um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades próprias da massa da população. E como consequência desse estado de coisas [...] vai a economia brasileira incidir no círculo vicioso a que já nos referimos: *os baixos padrões e nível de vida da grande massa da população brasileira não dão margem para atividades produtivas em proporções suficientes para absorverem a força de trabalho disponível, e assegurarem com isso ocupação e recursos adequados àquela população.*²³ [grifos meus]

Deve-se recordar que o livro de Prado Jr. foi escrito depois da interrupção abrupta do percurso inaugurado pela Revolução de 1930, o qual, do seu jeito, atacara as principais contradições nacionais. Lembra Celso Furtado: “O modelo de industrialização substitutiva de importações estava longe de haver esgotado suas possibilidades como motor de crescimento”.²⁴ Em outras palavras, o golpe de 1964 interrompeu o processo antes que a construção iniciada por Vargas se completasse.

Aspecto interessante da contradição brasileira é que a “grande massa” empobrecida *abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo* do país. Abria, pois se tratava de mercado interno de que raros países dispunham; mas fechava, uma vez que o padrão de consumo era tão baixo que impedia a realização daquele potencial. A miséria anulava a possibilidade de surgir um setor industrial voltado para o mer-

23. Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*, pp. 252-3.

24. Celso Furtado, *O longo amanhecer*, p. 17.

cado interno. Sem ter emprego, a massa miserável tornava-se uma espécie de “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente”.²⁵ Seria necessário elevar as condições de existência das camadas mais pobres, superando a “situação de miserabilidade da grande massa da população do país, que deriva em última instância da natureza de nossa formação histórica”, para iniciar um círculo virtuoso, pensava Caio Prado.²⁶ Ao fazê-lo, o mercado interno ampliado estimularia a criação de investimentos e empregos, rompendo finalmente o círculo vicioso anterior.

Apesar do quase meio século transcorrido desde a reflexão de Prado, e das expressivas transformações pelas quais passaram o Brasil e o mundo, a contradição fundamental, quando Lula tomou posse, em 1º de janeiro de 2003, continuava de pé. Uma série de relevantes contribuições intelectuais da década de 1970 procurou dar conta de como e por que a sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente se reproduzia, não obstante a retomada da industrialização pela ditadura militar, a partir de 1967, no chamado “milagre econômico”. O que se via naquela época era o paradoxo da *expansão do setor dinâmico com o aumento da desigualdade*, atestado pela piora na distribuição da renda. Como era possível que, mesmo ativando o mercado interno, como indicava Paul Singer,²⁷ a economia brasileira assistisse ao contínuo afastamento “entre a cúpula (o ‘setor capitalista’) e a

25. Sem querer entrar no debate especializado, uso de modo livre a expressão “sobrepopulação trabalhadora” inspirado em Marx, que fala em “*sobrepoblación obrera*” como “*producto necesario de la acumulación o del desarrollo de la riqueza sobre una base capitalista*”; Karl Marx, *El capital*, Livro 3, cap. 23, p. 786. Acrescento “superempobrecida e permanente” para marcar a especificidade brasileira.

26. Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*, p. 264.

27. Paul Singer, *A crise do “milagre”*, p. 76.

base da pirâmide (o ‘setor subdesenvolvido’), nas palavras de Maria da Conceição Tavares?²⁸

Francisco de Oliveira sugeriu que, por trás da aparente dualidade entre um sistema dinâmico e outro atrasado, na realidade haveria uma integração de ambos, em detrimento dos pobres. O aumento da exploração, refletido na menor renda dos pobres, canalizaria riqueza para o alto, permitindo aumentar o suficiente o consumo dos ricos para sustentar a expansão do mercado interno, sem precisar diminuir a pobreza e a desigualdade.²⁹ A grande massa empobrecida estaria sendo absorvida pelo setor de serviços informal, por assim dizer, lavando os carros que a próspera indústria automobilística vendia para a classe média, numa das vívidas imagens de Oliveira. “Esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’, são adequados para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda.”³⁰

Em 1981, Paul Singer percebeu que a sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente constituía, na realidade, fração de classe, à qual denominou subproletariado,³¹ e logrou quantificá-la, concluindo tratar-se de nada menos que 48% da população economicamente ativa (PEA), contra apenas 28% de proletários (dados de 1976). Estava ali a chave para entender por que o processo político brasileiro não pode ser pensado sem se

28. Maria da Conceição Tavares, “O caso do Brasil”, em M. da C. Tavares, *Desenvolvimento e igualdade*, p. 121. O ensaio foi publicado originalmente em 1972.

29. Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*.

30. Idem, *ibidem*, p. 58. Entre as obras importantes do período encontra-se, também, *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*, de Florestan Fernandes. Esperamos, em outra oportunidade, realizar a revisão que o conjunto desses trabalhos merece.

31. Ver Paul Singer, *Dominação e desigualdade. Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil*.

levar em consideração o elemento subproletário. Afinal, apresentando-se na cena política como massa, o subproletariado, por seu tamanho, influi decisivamente na luta de classes.

O fim do “milagre”, a crise da dívida externa e a introdução do receituário neoliberal, que marcaram sucessivamente as décadas de 1980 e 1990, repuseram com vigor o problema da superpopulação trabalhadora superempobrecida permanente. Primeiro, a estagnação da economia e, depois, o combate à inflação por meio das importações produziram explosão de desemprego, jogando parcela do proletariado formado na época do milagre de volta à precariedade do subproletariado, além de segmentos do subproletariado no lumpemproletariado,³² o que favoreceu a constituição do crime organizado nas zonas metropolitanas. Em 1999, Celso Furtado escrevia:

Nosso país se singulariza por dispor de considerável potencial de solos aráveis não aproveitados, fontes de energia e mão de obra subutilizadas, elementos que dificilmente se encontram reunidos em outras partes do planeta. Por outro lado, abriga dezenas de milhões de pessoas subnutridas e mesmo famintas [...]. O cerne da questão é definir que modelo de desenvolvimento vai se propor ao Brasil para os próximos anos. É fundamental solucionar o problema da criação de empregos.³³

A singularidade das classes no Brasil consiste no peso do subproletariado, cuja origem se deve procurar na escravidão,

32. A distinção entre a superpopulação trabalhadora atingida pelo pauperismo e o lumpemproletariado (marginalidade) está em Marx. Ver Karl Marx, *El capital*, Livro 3, cap. 23, p. 802. Comparece também em Paul Singer: o subproletariado é composto de “pobres que trabalham” (*Dominação e desigualdade*, p. 23).

33. Celso Furtado, *O longo amanhecer*, pp. 32 e 102.

que ao longo do século xx não consegue incorporar-se à condição proletária, reproduzindo massa miserável permanente e regionalmente concentrada. O Norte e o Nordeste têm índices de pobreza bem maiores que os do Sul e do Sudeste. O populoso Nordeste, em particular, é o principal irradiador de imigrantes para as regiões mais prósperas. Por isso, entendo que, ao tocar na questão da miséria, dinamizando, sobretudo, a economia nordestina, o lulismo mexe com a nossa “questão setentrional”: o estranho arranjo político em que os excluídos sustentavam a exclusão.

O lulismo partiu de grau tão elevado de miséria e desigualdade, em país cujo mercado interno potencial é expressivo, que as mudanças estruturais introduzidas, embora tênues em face das expectativas radicais, tiveram efeito poderoso, especialmente quando vistas da perspectiva dos que foram beneficiados por elas: o próprio subproletariado. A conjuntura econômica mundial favorável entre 2003 e 2008, não só por apresentar um ciclo de expansão capitalista como por envolver um *boom* de *commodities*, ajudou a produzir o lulismo. No entanto, foram as decisões do primeiro mandato, intensificadas no segundo, que canalizaram o vento a favor da economia internacional para a redução da pobreza e a ativação do mercado interno. Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior — que tinha agravado para próximo do insuportável a contradição fundamental brasileira — e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002. O subproletariado, reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara — um Estado capaz de ajudar os mais pobres *sem* confrontar a ordem —, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade no segundo mandato, e, assim, garantindo a vitória de Dilma em 2010 e a continuidade do projeto ao menos até 2014.